

# humanitas



Vol. LXII  
2010

la controvertida escena de Macaria, cuya pertenencia euripidea ha sido puesta en duda por algunos críticos.

Finalmente, la autora concluye con el análisis de *Heraclidas* como ejemplo de tragedia política –junto con *Suplicantes*. Señala las dos tendencias actuales de la crítica: quienes entienden la pieza como un elogio de la gloriosa Atenas y que, por consiguiente, no encuentran explicación para la escena final, en la que Alcmena traiciona la hospitalidad de Atenas y ordena asesinar a Euristeo aún a costa de sus predicciones; por otro lado, quienes rechazan una interpretación tan lineal e intentan dar un sentido lógico al desconcertante y pesimista éxodo de la obra. La autora realiza una adecuada síntesis al proponer que el objetivo último de Eurípides habría sido colocar a los atenienses en frente de dos imágenes antagónicas de su ciudad, procurando concientizarlos sobre la crisis de valores en que se encontraban: la Atenas defensora de los derechos de los más débiles, y la ciudad cuyo comportamiento al final de la pieza no tiene nada de heroico y, por el contrario, determina la derrota del *nomos*. El carácter político de esta reflexión a la que obligaría a sus espectadores justifica la construcción de una estructura basada en dos cuadros bien diferentes, aún en contra del modo de composición preconizado por Aristóteles.

La minuciosa bibliografía que acompaña cada una de las introducciones constituye un nuevo testimonio de la actualidad y pertinencia de los estudios sometidos a consideración. El conjunto de las traducciones (ajustadas y elegantes) y sus notas, pertinentes y siempre aclaratorias, permite confirmar nuevamente que la propuesta editorial configura una imprescindible puerta de entrada al complejo universo de la tragedia de Eurípides: no sólo para los lectores de lengua portuguesa, sino también para todos los interesados en la obra del trágico.

JUAN TOBIÁS NÁPOLI

FEDELI, Paolo, *Properzio, Elegie libro II*. Introduzione, testo e commento. Cambridge, Francis Cairns, 2005. 1070 pp. 1070. ISBN: 0 905205 42 1.

Esta publicação, que, segundo o próprio autor confessa no prefácio, se trata de uma cedência aos *haud mollia iussa* de Francis Cairns, divide-se essencialmente em Bibliografia, Introdução, Comentários às elegias e Índices.

A bibliografia começa por elencar as edições críticas e comentários citados, que cobrem um vasto período, desde a Edição de Beroaldo (Bolonha, 1486/87) até à de Goid (Cambridge/Mass., 1990), incluindo comentários

(Florença, 1980; Bari 1985) e uma edição de texto (Estuarda, 1984) de P. Fedeli. Depois dos subsídios, onde se incluem léxicos e uma concordância, figura uma vasta lista de obras citadas, de entre as quais o próprio autor salienta o débito a Housman, a Heyworth, a Butrica, a Good, a Murgia. Outros nomes se destacam, como Alfonsi, Boucher, Burck, Cairns, Hendry, Lyne, Nethercut, Sackleton Bailey, Traenkle, Williams, Yardley...

Na introdução, depois de aludir aos elementos que devem preceder um comentário, o autor alude às referências cronológicas da obra que nos permitem delimitar a data da sua produção (entre 28 e 26 a.C.). Entra-se, depois, na já longa e controversa discussão sobre a organização da obra de Propércio. Apesar de se dizer claramente favorável à hipótese de Lachman (1816), que dividia o *corpus* em 5 livros, de modo que o II resultaria da confluência de dois livros separados, Fedeli segue a ordenação tradicional, para evitar lançar a confusão nos leitores. Procura, no entanto, pesar os argumentos de uns e de outros de modo a deixar claro o seu ponto de vista. Nota o autor que, por comparação com os outros livros da mesma obra e com livros de outros autores da época, o livro II se apresenta demasiado longo para ser um só e demasiado breve para ser a mera soma de dois. Além disso, se, em 2.13.25, o poeta sugere que tem três livros para oferecer a Perséfone, quando morrer, tal poderá querer dizer que esta elegia pertence ao livro III, como intuiu Lachman. Os partidários da divisão tradicional, reposta por Baerehns e Palmer (1880), sustentam que, no contexto, o número três não tem sentido preciso, mas simbólico de perfeição (p.21-23); mas, recentemente, Heiden (1982) observou que tal significado não se aplica habitualmente a livros e afins. Fedeli contesta, pois, a ideia de Williams (1968) de que os livros I-III teriam sido publicados em conjunto, assinalando as diferenças existentes entre os dois livros e o facto de no segundo se aludir já ao sucesso do primeiro (2.24.1-2 e 2.3.3-4). Contra a teoria unitária do livro II, aceita que uma divisão (entre IIA e IIB) deveria ocorrer entre 2.3 (onde se menciona a existência de um primeiro) e 2.13 (em que se mencionam três), pelo que, dada a desproporção das partes, a primeira terá chegado bastante mutilada até nós, como sustentara Lachman (23-24). E, contra a suposta harmonia do arranjo arquitectónico do livro, proposta por defensores da teoria unitária, salienta o aspecto subjectivo das tentativas de reconstrução e os desacordos existentes entre os críticos que, só por si, desacreditam a solidez do edifício. Nesta discussão, as citações elencadas dos gramáticos antigos não parecem ajudar muito, uma vez que se reportam muitas vezes a livros que circulavam separados ou pertenciam a uma

tradição antiga diversa, incluindo versos de Propércio que desconhecemos actualmente. Uma citação do livro III por parte de Nónio, que fortalecia a teoria unitária, parece cair por terra, quando se verifica que um melhor e mais antigo manuscrito daquele autor apresentava IIII e não III (pp. 24-27). Entrando na difícil discussão sobre o ponto de charneira entre os dois livros, Fedeli considera mais convincente a posição dos que consideram o carme 2.11 como o fecho de IIA e 2.12 como o carme programático de IIB, que incluiu as composições 12-34 (pp. 27-30). Dada a desproporção no número de versos entre IIA e IIB, e analisadas as várias tentativas de solução, o autor manifesta a suspeita de que não terá apenas ocorrido uma perda em IIA, que favoreceu a fusão com IIB, mas também uma tentativa de reorganização de um livro que se apresentava fragmentário. Mas Fedeli, com esta notável mostra de erudição, patenteia sobretudo uma humildade que é exemplo para todos os filólogos, ao reconhecer que não há certezas absolutas e que um estudioso tem de voltar continuamente sobre os próprios passos, revendo amiúde as suas posições (pp.30-35).

Seguem-se os comentários passo a passo de cada uma das elegias, a parte naturalmente mais substancial deste generoso volume. Entre cada composição e o respectivo comentário são fornecidas as indicações bibliográficas específicas, úteis, sem dúvida, para estudantes e investigadores. Os problemas de organização, já referidos na introdução, acarretam tomadas de posição casuísticas, devidamente fundamentadas nos comentários. No que respeita à elegia 2.3 (p. 151-152), retoma a ideia, já sugerida na introdução (pp. 33-34), de que os versos 45-54, associados por alguns autores a 2.4, fariam parte de uma elegia individuada, apresentada como 3b. E, de modo semelhante, divide a elegia 2.9 em 9a e 9b, rejeitando, neste caso, a opinião de Lachman, que sugere a queda de alguns versos, para seguir a hipótese de Wakker (1770), para quem os últimos quatro versos desta composição pertenceriam a outra elegia, lacuna que poderia mesmo envolver um número indeterminado de composições. Também adopta a divisão em dois carmes da elegia 2.13, proposta por Broukhusius, contrariando a visão unitária da crítica moderna (p. 360); e apresenta uma divisão quadripartida para 2.18. Os últimos oito versos da elegia 22, em que se verifica uma notória mudança de interlocutor, constituiriam parte de uma mais vasta elegia (como sugere o *aut* que introduz o v. 42, certamente em correlação com outro *aut* perdido), pelo que são individuados em 22b. Semelhantes conclusões sustentam a separação, em 24b, dos versos 11 a 16 desta elegia. Quanto aos versos 17-52 (designados por 24c), distingue-os a incongruência em relação aos versos

precedentes nos manuscritos, como já propôs o editor W. Canter em 1564. Contra as tendências unitárias, Fedeli opta por uma tripartição de 2.26 e 2.33 (devido a mudanças no desenvolvimento do poema) e por fraccionar em *a* e *b* também 2.30. Mas, por outro lado, decide manter a unidade da elegia 2.34, posta em dúvida por diversos autores.

Na sequência do que se disse na introdução sobre o papel conclusivo de 2.11, que contribui para a teoria de que o II livro resulta da fusão de dois, destacam-se as semelhanças com os carmes conclusivos do primeiro e do terceiro livros (p. 334). E se 2.12 for, como pensa o autor, o poema de abertura do livro III original, é o retomar da poesia amorosa, que o poeta mostrara desejos de abandonar em 2.11.

O livro é encerrado com sete copiosos índices, bastante úteis para o leitor: 1) índice de nomes; 2) um mais genérico, intitulado de *cose notevoli*, que vai desde figuras mitológicas a conceitos, lugares e personagens ilustres; 3) um ocupado com questões de língua, estilo e técnica compositiva; 4) outro com prosódia, métrica, estrutura do dístico; 5) outro com poeta, poesia e poética; 6) e outro com topoi; 7) finalmente, vem um índice de passos citados. Seria discussão estéril elencar aqui as vantagens e desvantagens em fundir ou não alguns destes índices.

A erudição dos comentários, que se apresentam bastante exaustivos, a profundidade da fundamentação em autores antigos e modernos, a abundância do material bibliográfico aduzido, a riqueza dos índices remissivos fazem desta obra uma referência obrigatória para quem se dedique ao estudo daquele poeta elegíaco do tempo de Augusto. Se, da obra de Propércio, o livro II é o que mais dificuldades apresenta, encontrou, contudo, o comentador ideal. Na verdade, Paolo Fedeli, professor da Universidade de Bari, é um especialista em poesia latina da época de transição da República para o Império e, sobretudo, em Propércio. Sobre este autor conta já com comentários anteriores dos restantes livros (livros I, II e IV), referidos na bibliografia, e com a edição dos quatro livros de Propércio da Teubner (1984), considerada a melhor pelos especialistas.

JOSÉ LUÍS L. BRANDÃO